

ISBN: 978-989-97581-7-9



© António Campos Leal

## **VIII Congresso Internacional da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Psicologia da Justiça**

**Livro de Resumos do VIII Congresso SPPPJ**

**Novembro de 2017**

**Organizadores:** Diana Moreira, Hernâni Vieira, & Fernando Almeida

**Editor:** Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Psicologia da Justiça

### **Comissão de Honra**

Exmo. Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Prof. Doutor António Tavares

Exmo. Senhor Presidente da Maiêutica, Dr. José Manuel Azevedo

Magnífico Reitor do Instituto Universitário da Maia, Prof. Doutor Domingos Oliveira e Silva

### **Comissão Organizadora**

Diana Moreira

Fernando Almeida

Hernâni Vieira

Otília Barbosa

Sandra de Jesus

### **Secretariado**

Diana Moreira

Andreia Azeredo

Céu Baptista

Maria Vale

Ricardo Costa

## **Comissão Científica**

Prof. Doutor Adriano Vaz Serra (Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra)

Prof. Doutor Agostinho Santos (INML)

Prof. Doutora Ana Sani (UFP)

Prof. Doutora Ana Sofia Neves (ISMAI)

Prof. Doutora Anita Santos (ISMAI)

Prof. Doutor António Pacheco Palha (Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto)

Prof. Doutora Carla Antunes (U. Lusófona)

Prof. Doutor Carlos Mota Cardoso (HCF)

Prof. Doutora Célia Ferreira (U. Lusófona)

Mestre Diana Moreira (Doutoranda) (FPCEUP/ISMAI)

Prof. Doutor Duarte Nuno Vieira (INML)

Prof. Doutor Eurico Figueiredo (Professor Catedrático Jubilado do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar)

Prof. Doutor Fernando Almeida (ISMAI/ICBAS)

Prof. Doutor Fernando Barbosa (FPCEUP)

Prof. Doutor Francisco Machado (ISMAI)

Prof. Doutor Gualberto Buela-Casal (Professor Catedrático da Universidade de Granada)

Prof. Doutora Helena Grangeia (ISMAI)

Dr. Hernâni Vieira (DGRSP)

Prof. Doutor Ivandro Soares Monteiro

Prof. Doutor João Marques-Teixeira (FPCEUP)

Prof. Doutor João Salgado (ISMAI)

Prof. Doutor Jorge Costa Santos (INML)

Prof. Doutor Jorge Trindade (Universidade Luterana do Brasil)

Prof. Doutor José Pinto da Costa (UP/ULP/UPIDH/ISPA)

Prof. Doutora Laura Nunes (UFP)

Prof. Doutor Luís Fernandes (FPCEUP)

Prof. Doutor Luís Gamito

Juiz Conselheiro Manuel Simas Santos (ISMAI)

Prof. Doutora Maria José Carneiro de Sousa (INML)

Prof. Doutora Maria Luísa Figueira (Professora Catedrática Jubilada da Faculdade de Medicina de Lisboa)

Prof. Doutor Mário Simões (FPCEUC)

Prof. Doutora Marisalva Fávero (ISMAI)

Prof. Doutora Marta Pinto (FPCEUP)

Prof. Doutora Olga Cruz (ISMAI)

Prof. Doutora Paula Gomide (Universidade Tuiuti do Paraná)

Prof. Doutor Pio Abreu (Faculdade de Medicina de Coimbra)

Prof. Doutora Rita Conde Dias (UM/ISMAI)

Prof. Doutora Sónia Caridade (UFP)

Prof. Doutora Teresa Magalhães (INML)

Prof. Doutora Vera Duarte (ISMAI)

## **Prefácio**

A Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Psicologia da Justiça (SPPPJ) tem como objetivo promover o avanço do conhecimento profissional e científico nos domínios da Psiquiatria e da Psicologia da Justiça. Os seus congressos reúnem profissionais e académicos não só da área da Psicologia e da Psiquiatria como de múltiplas áreas do conhecimento que atuam no contexto de Justiça. As rápidas e profundas alterações a que assistimos no mundo de hoje comportam um acrescido potencial de exclusão social de uma percentagem acrescida da população. Por outro lado, a forte possibilidade de falência de recursos de estabilização psicossocial, nas populações colocadas em posição mais frágil, representam também novos desafios às áreas da Psicologia e da Psiquiatria da Justiça. Partilhar conhecimento e informação com os estudantes destas áreas é um outro objetivo da Sociedade, espelhado não só no número de estudantes habitualmente presentes nos congressos da SPPPJ, contribuindo estes eventos para a divulgação da investigação e do trabalho dos jovens estudantes e estagiários.

**Em nome da Comissão Organizadora**

Hernâni Vieira



Os resumos estão organizados de acordo com a ordem de apresentação das comunicações no programa do VIII Congresso Internacional da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Psicologia da Justiça.

O conteúdo dos resumos apresentados é da inteira responsabilidade dos seus autores.

## Comunicações painel principal

**Título: Necessidades em contexto de saúde mental forense: uma questão de risco ou qualidade de vida?**

**Ana Cristina Neves**

Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais/Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz

**E-mail:** [ananeves@egasmoniz.edu.pt](mailto:ananeves@egasmoniz.edu.pt)

**Resumo:** Os serviços de saúde mental forense debatem-se com diversos desafios, entre os quais, encontrar o equilíbrio entre cuidado e custódia, entre as necessidades de tratamento dos ofensores e as necessidades de segurança da sociedade. De acordo com uma perspetiva de avaliação e gestão de risco, o tratamento deve ser dirigido às necessidades criminógenas dos ofensores. Necessidades não criminógenas - como a ansiedade, baixa auto-estima e o *distress* psicológico - terão pouco valor para a prevenção da reincidência (Andrews & Bonta, 2010). Esta perspetiva, para a qual existe um considerável apoio empírico, faz sentido quando se pressupõe que o foco principal da reabilitação é a prevenção de reincidência. Contudo, alguns autores consideram-na redutora, pois privilegia a segurança da sociedade em detrimento dos interesses individuais dos ofensores. Em alternativa, argumentam que o principal foco da reabilitação deverá ser promover uma “boa vida” ou bem-estar psicológico (e.g., Modelo *Good Lives*; Ward & Stewart, 2003). Embora diferentes em foco, estas duas abordagens não são necessariamente incompatíveis. De facto, apesar das estratégias de gestão de risco serem tradicionalmente focadas na mitigação de fatores de risco, atualmente há um crescente reconhecimento da importância de desenvolver as capacidades e os fatores de proteção dos ofensores. Tal parece assumir especial relevância com ofensores em situação de internamento de longa duração, cujos fatores de risco são particularmente difíceis de mudar e que têm uma acrescida falta de motivação para o tratamento (e.g., de Vries Robbé, de Vogel & Stam, 2012; Stouthamer-Loeber et al., 2002). Ora, muitas das necessidades dos ofensores que, quando atendidas, resultam numa maior qualidade de vida, são também fatores de proteção para o comportamento violento. A análise comparativa de instrumentos que avaliam estas dimensões (CANFOR-S, FQL:SV e SAPROF), conjugada com os conteúdos de três entrevistas realizadas numa unidade de psiquiatria forense em Portugal, é demonstrativa desta realidade. Argumentamos que as necessidades de proteção são um potencial ponto de

encontro entre as necessidades criminógenas e as relacionadas com a qualidade de vida dos ofensores em contexto de saúde mental forense e identificamos a carência de maior investigação para explorar esta temática.

**Palavras-chave:** ofensores psiquiátricos, necessidades, risco, qualidade de vida, fatores de proteção.

**Título: Comportamentos suicidários na prisão**

**Carla Pragosa**

Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens)

**E-mail:** [cmpragosa@gmail.com](mailto:cmpragosa@gmail.com)

**Resumo:** O suicídio é um fenómeno complexo constituindo uma das principais causas de morte violenta em todo o mundo, inclusivamente em meio prisional. Desta forma, propomos refletir sobre a complexidade desta problemática, abordando os procedimentos adotados pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), na prevenção de atos suicidas na prisão, incluindo a implementação do Programa Integrado de Prevenção do Suicídio. Complementarmente, tentaremos enquadrar este fenómeno à luz das investigações e estudos realizados em meio prisional, na tentativa de melhor compreender as vulnerabilidades decorrentes da privação de liberdade e das características individuais que aumentam o risco de suicídio, bem como algumas estratégias para lidar com estas situações-limite em contexto prisional, no sentido de melhor prevenir e predizer este fenómeno em meio prisional.

**Palavras-chave:** prisão, comportamento suicida, fatores de risco.

**Título: Recuperación y reinserción de personas con trastorno mental grave en prisión**

**José María López-Fenández<sup>1</sup>, Carmen Zabala-Baños<sup>2</sup>, Jorge Javier Ricarte Trives<sup>4</sup>**

1. Fundación Manantial. España

2. Universidad de Castilla-La-Mancha. España

3. Universidad de Castilla-La-Mancha. España

**E-mail:** [jmlopez@fundacionmanantial.org](mailto:jmlopez@fundacionmanantial.org)

**Resumen:** Existe una alta prevalencia de personas con discapacidad por Trastorno Mental Grave (TMG) en las prisiones de España (Vicens et al., 2011; Zabala-Baños, 2016). Se produce una estigmatización dual de las personas con TMG judicializados. Desde la Administración Penitenciaria de España, se ha desarrollado un Programa Marco de Atención Integral al Enfermo Mental en Prisión (PAIEM), con tres fases: 1) atención clínica, 2)



rehabilitación psicosocial y 3) reincorporación o reinserción social. En una evaluación del funcionamiento del PAIEM (Sanz et al., 2014), se ha observado, efectos de mejoría muy notable en los procesos de recuperación de las personas con TMG judicializados: ha existido una mejora en la atención integral, mayor personalización, mejora la adherencia al tratamiento y una percepción de los internos de una mejor atención y una mejora en la calidad de vida. Sin embargo, persisten graves dificultades en la reinserción social (Sanz et al., 2014). Para favorecer los procesos de preparación a la reinserción social, se realiza un traslado a un Centro de Inserción Social (CIS), como régimen penitenciario abierto. Desde 2014, se ha iniciado en los CIS, el Programa Puente y mediación social específico para personas con TMG, próximos a la excarcelación, ofreciendo un apoyo social en la comunidad con la colaboración de entidades colaboradoras. Se ha demostrado, que la colaboración activa de organizaciones no gubernamentales (ONG) en el ámbito penitenciario, con los programas específicos para personas con TMG, han obtenido mejores resultados en los procesos de recuperación y de preparación a la reinserción en la comunidad (Sanz et al., 2014). Entidades como Fundación Manantial, se coordinan y participan en el ámbito penitenciario, basándose en el Modelo de Gestión de Casos (GC) colaborando en los Programas de atención a la personas con enfermedad mental en prisión (PAIEM) de los Centros Penitenciarios y en el inicio del Programa Puente y Mediación Social en el CIS de Madrid, con unas resultados muy favorables en la inserción social y vinculación con los servicios y recursos comunitarios (Álvaro et al., 2104). La alta prevalencia de TMG en prisión, hace imprescindible mantener los programas específicos y aumentar los recursos para favorecer intervenciones basadas en un modelo de gestión de casos u otros similares, para favorecer la recuperación y la reinserción.

**Palabras Clave:** Trastorno Mental Grave, Prisión, Gestión de Casos, Recuperación, Reinserción.

**Título:** Aportaciones de la Investigación Científica para la mejora de la Salud Mental en Entornos Penitenciarios

**Carmen Zabala-Baños<sup>1</sup>, Jorge Javier Ricarte Trives<sup>2</sup>, Manuela Martínez-Lorca<sup>3</sup>, Alberto Martínez-Lorca<sup>4</sup>**

1. Universidad de Castilla-La-Mancha. España

2. Universidad de Castilla-La-Mancha. España

3. Universidad de Castilla-La-Mancha. España

4. Departamento de Medicina Nuclear. Hospital Universitario Ramón y Cajal. España

**E-mail:** [Carmen.Zabala@uclm.es](mailto:Carmen.Zabala@uclm.es)

**Resumen:** Estudios epidemiológicos de todo el mundo ponen de manifiesto el elevado número de personas que sufren problemas de salud mental en los centros penitenciarios (Dettbarn, 2012; Fazel et al, 2016; Mundt et al, 2013; Vicens et al, 2011; Zabala-Baños et al, 2016), siendo éstos, a día de hoy, el principal problema de salud al que la institución penitenciaria debe hacer frente. Es por ello que los estudios de investigación sobre salud mental en los entornos penitenciarios, son de vital importancia para conocer no sólo su prevalencia, frecuencia y distribución, sino también los factores de riesgo, sus determinantes (Borges, Medina-Mora, & López-Moreno, 2004) y su repercusión en la calidad de vida de las personas que los sufren. Así mismo, la investigación científica permitirá sustentar no sólo los modelos y teorías, sino también mejorar la práctica profesional con el diseño de instrumentos de evaluación y protocolos de actuación consensuados y coordinados para identificar y atender sus necesidades de intervención de forma más eficaz. Por otra parte es necesario evaluar la atención sanitaria y social que reciben, para poder establecer una adecuada planificación de los servicios (Vicens et al., 2011) y posicionar a la salud mental en los centros penitenciarios dentro de los planes y políticas de salud e intervención tanto nacionales como internacionales (Gabilondo, 2011), revirtiendo todo ello en una mejora de la salud mental en los entornos penitenciarios.

**Palabras Clave:** Investigación Científica, Salud Mental, Entornos Penitenciarios.

**Título: Perturbação Imatura da Personalidade versus Perturbação Antissocial da Personalidade: Será relevante entender a diferença?**

**Fernando Almeida<sup>2</sup>**

1. Instituto Universitário da Maia

2. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar

**E-mail:** [afernandalmeida@sapo.pt](mailto:afernandalmeida@sapo.pt)

**Resumo:** É comum afirmar que um indivíduo infantil ou irresponsável é, ou parece ser, imaturo. Na prática clínica, os psiquiatras, os psicólogos, e outros profissionais há muito afirmam que um indivíduo como o descrito tem uma personalidade imatura. Este diagnóstico não se baseia no facto de o indivíduo apresentar algumas características imaturas, mas no facto de, globalmente, de acordo com o que se entende por personalidade, possuir uma personalidade imatura. Especificamente, apresenta uma Perturbação Imatura da Personalidade. No entanto, consultando o ICD-10 (WHO, 2011) ou o DSM-5 (APA, 2013), é

possível ver que Perturbação Imatura da Personalidade não é referenciada no DSM-5, embora a Perturbação Imatura da Personalidade seja mencionada no ICD-10, sob Outras Perturbações da Personalidade (F60.8) e Perturbação da Personalidade não especificada 301.9 (F60.9). Este trabalho pretende contribuir para colmatar um fosso existente nas principais classificações de Perturbações Mentais. Estudos empíricos serão necessários para uma melhor definição dos critérios diagnósticos explicitados neste trabalho e, nomeadamente, para definir quais e quantos os critérios diagnósticos fundamentais relativos a esta perturbação de personalidade.

**Palavras-chave:** personalidade imatura, imaturidade, irresponsabilidade, impulsividade, egocentrismo.

### **Título: Mental Health Approach in Spanish Prisons**

**José Miguel Antolín**

CP Ocaña I. Secretaría General de Instituciones Penitenciarias. Ministerio del Interior.  
España

**E-mail:** [jomianmu@hotmail.com](mailto:jomianmu@hotmail.com)/[medico.ocana1@dgip.mir.es](mailto:medico.ocana1@dgip.mir.es)

**Resumen:** La OMS estima que, en las sociedades occidentales, la incidencia de alteraciones psiquiátricas es hasta siete veces mayor en la población penitenciaria que en la población general. Los enfermos mentales que se observan comúnmente en el medio penitenciario se caracterizan por su complejidad, su cronicidad y por la presencia de factores sociales y físicos que empeoran el pronóstico y el manejo de la enfermedad, como por ejemplo su asociación con la adicción a drogas o con dificultades de aprendizaje desde la infancia. A pesar de ello, el tratamiento de los trastornos mentales de los enfermos internados en prisión debe poder garantizar una continuidad y equivalencia con el recibido para la misma enfermedad en la comunidad. Por esta razón y por la oportunidad del abordaje conjunto en prisión de todos los aspectos del trastorno mental, es por lo que resulta muy conveniente que sea un equipo multidisciplinar el que de manera coordinada se encargue del tratamiento de este tipo de enfermos. A pesar de que la Institución Penitenciaria no tiene vocación de convertirse en un recurso asistencial capaz de ofrecer una solución integral para los enfermos mentales que se encuentran en prisión, sí que ejerce con responsabilidad la tarea que le corresponde: la detección temprana de estos casos, procurar su mejor rehabilitación mientras estén internados en prisión y conseguir una correcta derivación a los recursos asistenciales especializados de la comunidad para garantizar la continuidad asistencial y el seguimiento de su evolución clínica, tanto durante su estancia en prisión como al llegar el momento e la libertad. En los

centros penitenciarios de España se ha dado respuesta a las necesidades de estos enfermos poniendo en marcha un programa de actuación específico, el Programa de Atención Integral al Enfermo Mental en Prisión (PAIEM), que reúne todas las directrices sobre las que los expertos están de acuerdo a la hora de abordar la asistencia de los problemas de salud mental en prisión: la multidisciplinariedad; la equidad; la continuidad asistencial; la flexibilidad y disponibilidad de recursos; el diseño de un programa individualizado de tratamiento y rehabilitación; y, la corresponsabilidad en su funcionamiento de las autoridades gestoras de los centros, desde la dirección a los máximos responsables de sanidad y tratamiento de cada prisión.

**Palabras Clave:** salud mental, prisión, programa de tratamiento.

**Título: Radicalização ideológica e comportamento criminal: prevenção, deteção e resposta**

**João Paulo Ventura**

Polícia Judiciária, Unidade Nacional Contra-Terrorismo

**E-mail:** [joao.ventura@pj.pt](mailto:joao.ventura@pj.pt)

**Resumo:** A radicalização político-ideológica e confessional potencia o comportamento criminal, em diferentes níveis e padrões de violência associada. No limite, essa violência culmina na ação terrorista, sem prejuízo de atingir patamar porventura ainda mais desumano, medieval e cruel que é o nível da barbárie. Um plano infelizmente bem documentado em imagens e testemunhos que nos anos mais recentes se registaram e nos chegaram de regiões onde prosseguem incessantes conflitos insurgentes. À radicalização político-ideológica e confessional presidem ideologias de matrizes e orientações diversas, sendo certo que no momento em que a sociedade se transformou, a um só tempo, numa sociedade de informação e de comunicação por via da revolução tecnológica e da globalização, as fenomenologias criminais conexas transfiguraram-se por completo nas respetivas fisionomias, modos de execução e perfis. Apresentam-se e caracterizam-se brevemente essas áreas e padrões de atividade criminal político-ideologicamente motivada – sendo a vertente religiosa ou confessional de dimensão identicamente política e ideológica – e as dinâmicas, influências e interdependências recíprocas que entre algumas delas se estabelecem, a despeito de se localizarem nos antípodas. Num caso particular, essa relação tensa marca e ilustra o chamado efeito de polarização, com o radicalismo de ambas a gerar interessante mecanismo de (retro)alimentação mútua. Preconiza-se a tese de que Portugal, por comparação com os restantes países europeus, não é ainda verdadeiro *hotspot* em matéria de radicalização

político-ideológica. Diferenciam-se os níveis de prevenção geral – que configura um compromisso e responsabilidade de toda a sociedade civil e das suas instituições – e de prevenção especial. Este último conjuga-se com a deteção e a resposta situa-se essencialmente no âmbito da prevenção criminal, por excelência e por definição a cargo das forças e serviços de segurança. Na âncora de referência concetual da radicalização político-ideológica, discutem-se objetivos (?) de desradicalização e afastamento ou *disengagement* (ou da mudança de atitudes, crenças e convicções à transformação do comportamento delituoso).

Apresentam-se ainda, brevemente, algumas iniciativas no plano da sensibilização e prevenção da radicalização político-ideológica, a decorrerem atualmente no quadro eurocomunitário.

**Palavras-chave:** radicalização político-ideológica e confessional, comportamento criminal, prevenção, deteção e resposta.

### **Título: A Lei da Saúde Mental em Meio Prisional**

**Susana Pinto Almeida**

Centro Hospitalar de Leiria

**E-mail:** [susanalmeida71@gmail.com](mailto:susanalmeida71@gmail.com)

**Resumo:** Sabe-se que a prevalência de doença mental na população reclusa é elevada e que de acordo com o Observatório Europeu das Prisões em Portugal existe pouca atenção terapêutica para com os reclusos doentes mentais, excepto a administração de medicação sedativa quando o seu comportamento se torna intolerável para com o meio prisional. O Manual de Procedimentos Para a Prestação de Cuidados de Saúde em Meio Prisional refere que são aplicáveis as determinações constantes da Lei da Saúde Mental, bem como as da Circular Normativa nº 08/DSPSM/DSPCS, de 25.05.2007 da Direção Geral de Saúde (DGS), nos casos de comportamentos agressivos ou disruptivos por parte de recluso, em situações de agitação psicomotora, confusão mental ou agressividade e violência. A circular normativa da DGS refere também que sempre que se justifique o internamento compulsivo do doente este deve ser desencadeado de acordo com a Lei da Saúde Mental (LSM). No entanto, a LSM não estará a ser aplicada aos reclusos portadores “anomalia psíquica grave” que recusam tratamento, ou que não possuam o discernimento necessário para avaliar o sentido e alcance do consentimento, no constante dos pressupostos explanados nesse diploma legal. São abordados os principais obstáculos para a aplicação da LSM em meio prisional, quer no âmbitos jurídico e psiquiátrico, quer ao nível bioético.

**Palavras-chave:** Prisão, Lei da Saúde Mental, doença mental, reclusos, tratamento.

## Comunicações livres

**Título:** Perturbação de Hiperatividade com Défice de Atenção, Perturbação Desafiante de Oposição, e Perturbação de Comportamento: Revisão da influência dos fatores genéticos e ambientais

**Andreia Azeredo<sup>1</sup>, Diana Moreira<sup>1,2</sup>, & Fernando Barbosa<sup>2</sup>**

1. ISMAI – Instituto Universitário da Maia

2. Laboratório de Neuropsicofisiologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

**E-mail:** [andrea\\_azeredo\\_13@hotmail.com](mailto:andrea_azeredo_13@hotmail.com)

**Resumo:** Esta revisão tem como objetivo analisar as possíveis relações entre as Perturbações de Hiperatividade com Défice de Atenção, Perturbação Desafiante de Oposição, e Perturbação de Comportamento, e a importância relativa aos fatores genéticos e ambientais no desenvolvimento das mesmas. A metodologia de revisão seguiu as diretrizes da *Cochrane Collaboration*, selecionando-se estudos em que foram investigadas, pelo menos, duas das perturbações. Foram obtidos 279 artigos, mantendo-se apenas nove para análise aprofundada e acrescentando-se outros nove em pesquisa manual. Foram extraídos de cada estudo os objetivos, os aspetos metodológicos e as principais conclusões. De um modo geral, os resultados evidenciam a importância dos fatores genéticos e ambientais, mas sugerem que os genéticos têm um maior impacto no aparecimento e na manutenção das perturbações. Existe uma forte comorbilidade entre as três perturbações. Uma limitação inerente aos estudos integrados na revisão sistemática prende-se com o tipo de seleção e contexto da amostra (i.e., a maioria reporta-se a amostras clínicas). Uma sugestão para estudos futuros consiste em perceber se os problemas de interação social com crianças com Perturbação Desafiante de Oposição e/ou Perturbação de Comportamento são problemas inerentes a um possível autismo ou uma consequência da Perturbação de Hiperatividade com Défice de Atenção.

**Palavras-chave:** Perturbação de Hiperatividade com Défice de Atenção, Perturbação Desafiante de Oposição, Perturbação de Comportamento, genética, meio.

**Título: Ensaio sobre o Tratamento Penitenciário no Estabelecimento Prisional de Vale Judeus**

**Andreia Conde Rodrigues**

Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – Estabelecimento Prisional de Vale Judeus

**E-mail:** [andreia.c.rodrigues@dgrsp.mj.pt](mailto:andreia.c.rodrigues@dgrsp.mj.pt)

**Resumo:** O acompanhamento de reclusos a cumprir medida privativa da liberdade no Estabelecimento Prisional de Vale Judeus contempla a missão cumulativa de prestar assessoria técnica ao Tribunal de Execução de Penas e gerir as camadas mais disruptivas da natureza humana. Trata-se de um trabalho complexo que vislumbra o observável e preconiza a subjetividade da personalidade. O presente artigo verte sobre um ensaio à função do Técnico Superior de Reeducação num estabelecimento cuja população reclusa apresenta características de elevada inadaptação social. Visa à exposição de um ponto de vista assente no contacto diário com esta população.

**Palavras-chave:** sistema prisional, Vale Judeus, tratamento penitenciário, Psicologia.

**Título: Tráfico de pessoas: perceção dos técnicos sobre o apoio prestado às vítimas**

**Ângela Fernandes & Marlene Matos**

Universidade do Minho

**E-mail:** [id5360@alunos.uminho.pt](mailto:id5360@alunos.uminho.pt)

**Resumo:** O Tráfico de pessoas é uma experiência potencialmente traumática que implica um conjunto significativo de danos (ex. físicos, psicológicos). Não obstante existirem alguns estudos que informam sobre as necessidades das vítimas, pouco se sabe sobre os prestadores de serviços que respondem às mesmas. Este estudo, de carácter exploratório, visa captar a) o tipo de apoio que é prestado pelos técnicos de apoio às vítimas de tráfico de pessoas; b) a perceção dos técnicos sobre as necessidades das vítimas, e; c) o entendimento dos técnicos sob a definição de “condição de especial vulnerabilidade” da vítima. Para o efeito foram contactadas as 23 instituições governamentais e não governamentais que, em 2013, assinaram o protocolo da Rede de Apoio a Vítimas de Tráfico de Pessoas (RAVTP). A recolha de dados foi realizada através de um questionário online, resultando numa amostra de 28 técnicos, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 25 e os 71 anos (média de idades de 39,89, DP=10.751). Os resultados revelam que, em média, foram atendidas por estes profissionais, cerca de 14 vítimas no último ano. Revelam também que a maioria das instituições presta apoio a vítimas de idades diferentes, ambos os sexos e de vários tipos de

exploração, o que denota que o apoio prestado se reveste de uma grande complexidade. A maioria dos participantes refere a existência de protocolos de intervenção específicos para vítimas de tráfico de pessoas, considerando estes úteis no apoio prestado. Reconhecem ainda que as necessidades das vítimas de tráfico de pessoas são diferentes das necessidades das vítimas de outros crimes (ex. vítimas de violência doméstica). Sobre os motivos da não procura de ajuda por parte das vítimas, o medo do agressor e de retaliação sobre si/ou família, bem como o sentimento de vergonha ou embaraço são os principais motivos avançados pelos participantes.

**Palavras-chave:** tráfico de pessoas, percepções, apoio, vítimas.

**Título: UNI+ Programa de Prevenção da Violência em Contexto Universitário – Apresentação de dados preliminares do Observatório da Violência no Namoro**

**Ariana Correia, Sofia Neves, & Joana Topa**

Associação Plano i

**E-mail:** [unimais@associacaoplanoi.org](mailto:unimais@associacaoplanoi.org)

**Resumo:** O Uni+ – Programa da Prevenção da Violência no Namoro em Contexto Universitário, é promovido pela Associação Plano i e financiado pela Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade. Surge como um projeto piloto, em parceria com o Instituto Universitário da Maia/Maiêutica, apresentando como objetivo primordial a prevenção da violência no namoro em contexto universitário, objetivo este operacionalizado através de 3 eixos: 1) Desenvolvimento de um programa de prevenção da violência no namoro; 2) Criação de um gabinete de apoio a vítimas de violência no namoro; 3) Criação do Observatório da Violência no Namoro, doravante OBvn, o qual enfocaremos. Pretende-se através do OBvn, efetuar um levantamento nacional de situações de violência no namoro vividas ou testemunhadas, sendo que a presente comunicação visa caracterizar o OBvn e divulgar alguns dos resultados preliminares. Em cinco meses de funcionamento (abril-setembro/2017), o OBvn recolheu 90 denúncias, tendo 55% destas efetuada por ex vítimas, 38,2% por testemunhas e 3,4% por atuais vítimas. As denúncias reportam em 89,8% dos casos à vítima como sendo do sexo feminino, estudante/trabalhadora estudante (66,3%) e com uma média de 21 anos. Relativamente às tipologias, destaque para a violência psicológica, denunciada em 92,1% dos casos, a violência física (51,8%), social (29,2%), sexual (20,2%) e duas tentativas de homicídio (2,2%). Com o fim último de aprofundar o conhecimento e visibilizar este fenómeno, proceder-se-á à sistematização e divulgação anual dos resultados e,



posteriormente, elaborar-se-ão recomendações com vista à prevenção e ao combate da violência no namoro, estimulando concomitantemente a reflexão sobre a temática.

**Palavras-chave:** violência no namoro, prevenção, universidade.

**Título:** Perceção dos/as jovens portugueses/as sobre o assédio sexual

**Maria José Magalhães<sup>1,2</sup>, Ana Guerreiro<sup>2,3</sup>, Cátia Pontedeira<sup>2,3</sup>, & Raquel Felgueiras<sup>1</sup>**

1. FPCEUP – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

2. UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

3. ISMAI – Instituto Universitário da Maia

**E-mail:** [bystanders.umar@gmail.com](mailto:bystanders.umar@gmail.com)

**Resumo:** Embora o primeiro estudo em Portugal sobre o assédio sexual date dos anos noventa (Amâncio e Lima, 1994), só mais recentemente é que este problema social ganhou relevância tanto na comunidade académica como na discussão pública. O assédio sexual é uma forma de violência de género que se caracteriza pela existência de comportamentos verbais e não verbais, ou físicos, de natureza sexual, não desejados, tendo como consequências a intimidação, humilhação e/ou a tentativa de denegrir a imagem das vítimas (Convenção de Istambul, 2011). O contexto escolar tem vindo a ser alvo de pesquisa académica uma vez que, se acredita ser um dos locais onde o assédio sexual é preocupante. Embora a nível internacional já existam estudos que demonstrem a prevalência deste problema social, em Portugal, são escassas as investigações nesta área. O projeto *Bystanders – Developing bystanders’ reponses to sexual harassment among young people*, desenvolvido simultaneamente em 4 países, tem como objetivo criar um programa de prevenção primária pioneiro, em contexto escolar, através dos bystanders (observadores/as). Para tal procurou-se, numa primeira fase, compreender as perceções dos/as jovens sobre o assédio sexual através da realização de grupos focalizados. Nesta comunicação apresentar-se-ão as principais conceções dos/as jovens sobre o tema, explorando os comportamentos que consideram assédio sexual, os locais onde acontece mais frequentemente, bem como outros aspetos salientados pelos/as jovens.

**Palavras-chave:** assédio sexual, jovens, legitimação.

**Título:** Prevalência da psicopatia na população Portuguesa: Estudo preliminar

**Diana Moreira<sup>1,2,3</sup>, Christopher Patrick<sup>4</sup>, Andreia Azeredo<sup>2</sup>, & Fernando Almeida<sup>2,5</sup>**

1. Laboratório de Neuropsicofisiologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

2. Instituto Universitário da Maia

3. Portucalense Institute of Neuropsychology and Cognitive and Behavioral Neurosciences
4. Florida State University
5. Abel Salazar Biomedical Sciences Institute

**E-mail:** [dianapmoreira@gmail.com](mailto:dianapmoreira@gmail.com)

**Resumo:** A concepção triárquica da psicopatia foi desenvolvida para integrar teorias históricas e modelos de medição contemporâneos. O modelo propõe três domínios fenotípicos distintivos, embora relacionados: ousadia, maldade, e desinibição. O Modelo Triárquico da Psicopatia (TriPM) foi desenvolvido (Patrick, 2010) para indexar esses três domínios. Este estudo examinou as associações diferenciais entre os domínios fenotípicos da concepção triárquica da psicopatia (ousadia, maldade, e desinibição), avaliada pela *Triarchic Psychopathy Measure* (Patrick, 2010) e os dois subtipos de psicopatia (primária e secundária), conforme indexado pela *Levenson Self-Report Psychopathy Scale* (LSRPS; Levenson, Kiehl, & Fitzpatrick, 1995), em 393 participantes recrutados na comunidade. Foi testada a confiabilidade da TriPM e da LSRPS, bem como a sua validade convergente e discriminante em relação aos diferentes modelos de personalidade. A TriPM e a LSRPS evidenciaram consistências internas excelentes, boa confiabilidade teste-reteste e forte validade consistente com o modelo triárquico. As análises de invariância para o *Exploratory Structural Equation Modeling* de escala cruzada de melhor ajustamento da TriPM forneceram suporte para a invariância configurável rigorosa deste modelo em subgrupos de participantes masculinos e femininos. Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na LSRPS em três itens (2, 4, e 6), em que a prevalência de psicopatia é sempre maior no sexo masculino. O mesmo verifica-se nos itens 19 e 23 da TriPM, em que a prevalência de psicopatia também é sempre maior no sexo masculino. Essa descoberta inspira confiança na replicação desta estrutura do modelo.

**Palavras-chave:** ousadia, desinibição, maldade, psicopatia primária, psicopatia secundária.

**Título:** A percepção de reclusos/as acerca do papel das atividades ocupacionais durante o cumprimento da pena privativa de liberdade

**Helena Gerardo, Andreia De Castro Rodrigues, & Olga Cunha**

Universidade Lusíada do Porto

**E-mail:** [criminologia1993@gmail.com](mailto:criminologia1993@gmail.com)

**Resumo:** A presente pesquisa incide nas opiniões de reclusos/as em cumprimento de pena de prisão efetiva acerca do papel das atividades ocupacionais disponibilizadas pelos Estabelecimentos Prisionais. O objetivo será assim o de aferir acerca da importância daquelas

para o cumprimento da pena, bem como identificar se se associa uma possível pertinência das mesmas em momentos posteriores às suas saídas em liberdade. O estudo realizado teve cariz qualitativo tendo sido realizadas 24 entrevistas a indivíduos do sexo masculino e 12 do sexo feminino, de cinco Estabelecimentos Prisionais do distrito judicial do Porto, com idades compreendidas entre os 20 e os 68 anos. A maioria dos participantes são primários (este critério tem por base o número de penas de prisão cumpridas), numa diferença de 22 primários para 14 reincidentes. Os resultados apontam no sentido de que as opiniões quanto à importância da frequência das atividades ocupacionais são positivas, quer pelo impacto destas no indivíduo recluso, onde se incluem aspetos como a manutenção da estabilidade física ou mental, como sob um ponto de vista de perspetivas futuras, das quais se destacam a consciencialização dos valores da sociedade e identificação com os mesmos, assim como o desenvolvimento das capacidades laborais e académicas. Destacamos ainda o facto de no EP feminino as opiniões serem mais positivas ao nível da diversidade de atividades, bem como a questão de que os indivíduos que cumprem penas por crimes contra as pessoas, tendencialmente referenciem as experiências laborais na prisão enquanto fator de desenvolvimento das suas capacidades laborais. Assim, a ideia de imprescindibilidade das atividades ocupacionais fornecidas pelos diversos Estabelecimentos Prisionais e colocadas ao dispor do/a recluso/a nas suas várias vertentes, sejam elas de lazer, laboral, educacional ou de programas específicos foi perceptível ao longo do estudo, passando a principal crítica pelo facto de estas serem por vezes escassas e limitadas.

**Palavras-chave:** Atividades Ocupacionais; Estabelecimentos Prisionais; Recluso; Pena de Prisão Efetiva

**Título: ‘Promote Parents, Save Children’: uma proposta de intervenção para casos de elevado conflito coparental pós-divórcio**

**Judite Peixoto & Marlene Matos**

Escola de Psicologia da Universidade do Minho

**E-mail:** [juditepeixoto@gmail.com](mailto:juditepeixoto@gmail.com), [mmatos@psi.uminho.pt](mailto:mmatos@psi.uminho.pt)

**Resumo:** O divórcio é um fenómeno social prevalente, acarretando desafios e exigências para pais e filhos (Lavadera, Stefano, Ferracuti, & Togliatti, 2012; PORDATA, 2016). Embora a maioria dos casais divorciados resolva adaptativamente as contingências pós-divórcio, há um subconjunto destes - 10% a 20%, em termos internacionais (Carter, 2011; Gilmour, 2015), cuja dinâmica relacional se caracteriza pelo elevado conflito interpessoal, atitudinal e judicial (Goodman, Bonds, Sandler, & Braver, 2004), sobretudo em torno da

guarda e custódia dos filhos. O conflito coparental potencia problemas de desajustamento nas crianças, uma (co)parentalidade empobrecida e implica consideráveis custos/recursos judiciais. A literatura internacional tem documentado a relevância e eficácia da intervenção psicoeducativa grupal em casos de “high-conflict divorce” (van Lawick & Visser, 2015). Em Portugal, não há um conhecimento circunstanciado e aprofundado sobre este fenómeno e não existem respostas qualificadas a este nível. Com base nesta evidência, propomos o desenvolvimento de um programa de intervenção psicológica, multimodal e multinível, para pais litigantes. Em 14 sessões semanais [individuais-grupais-diádicas] de 90/120 minutos, pretende-se contribuir para a diminuição da intensidade e frequência das dinâmicas de conflito interpessoal, atitudinal e judicial e para a promoção de uma coparentalidade mais positiva/funcional. Para a avaliação da eficácia do programa de intervenção e análise do processo de mudança, recorrer-se-á a metodologias quantitativas e qualitativas.

**Palavras-chave:** divórcio, elevado conflito coparental, intervenção psicológica, pais litigantes, eficácia.

**Título: Para um modelo teórico explicativo do desvio feminino presente nas cadeias Portuguesas**

**Marcos Taipa**

Estabelecimento Prisional do Vale do Sousa

**E-mail:** [marcos.ribeiro@issp.pt](mailto:marcos.ribeiro@issp.pt)

**Resumo:** No âmbito de um projeto de doutoramento em sociologia, centrado na problemática da reclusão feminina Portuguesa, e após ter-se feito o balanço das várias abordagens do problema, de se ter inventariado os diferentes pontos de vista adotados em função do problema a tratar, o presente artigo pretende fazer emergir um modelo teórico explicativo da criminalidade feminina. Trata-se de escolher a orientação teórica que se nos afigura como mais adequada para conhecermos o problema da criminalidade feminina alvo de reclusão em Portugal. Esta é o resultado da análise das várias abordagens teóricas sobre o problema, na relação com os dados extraídos da análise das entrevistas e do inquérito por questionário, que fizeram parte da dissertação de doutoramento assinalada.

**Palavras-chave:** criminalidade feminina, modelo explicativo, problemática teórica, reclusão.

**Título: A importância da expressividade emocional no curso da doença psicótica: Caso Clínico**

**Miguel Granja<sup>1</sup> & Sandra Bernardes de Jesus<sup>2</sup>**

1. Universidade do Minho
2. Clínica de Psiquiatria e de Saúde Mental, Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo

**E-mail:** [miguelgranja7@gmail.com](mailto:miguelgranja7@gmail.com)

**Resumo:** Atualmente conhecemos bem o papel dos cuidadores no curso da doença psicótica. Sabemos que os doentes evoluem mais favoravelmente na comunidade, quando mantidos nos seus espaços de referência, aconselhando-se a desinstitucionalização e a sua substituição por uma intervenção comunitária que deverá incluir o doente, os seus familiares e, sempre que possível, outros significativos da comunidade. A questão central é perceber se estes cuidadores que assumem o doente psicótico no seio da sua família estão de facto preparados para cuidar e para atender às suas necessidades e de que forma os técnicos de saúde mental poderão contribuir para uma intervenção familiar consistente. Julian Leff tem sido pioneiro no estudo do papel do cuidador e, nomeadamente, na importância que a *expressividade emocional* parece assumir no curso da doença psicótica. Sobre este assunto iremos apresentar um caso clínico que, entre muitos outros, poderá constituir um bom ponto de partida para debater a importância que a família parece assumir na compensação/descompensação da sintomatologia psicótica e da necessidade de se garantir um acompanhamento próximo que contemple a indispensável formação dos cuidadores sobre a forma de lidar com os aspetos comportamentais e emocionais do doente psicótico, o suporte dos mesmos face às suas próprias respostas emocionais e uma resposta célere em situação de crise. Importará por fim compreender que a desinstitucionalização do doente mental e o seu regresso à comunidade não deverá atenuar a responsabilidade da saúde, da justiça e da segurança social no sentido de garantir ao doente e aos seus familiares todas as condições para melhorar a qualidade de vida do doente psicótico e dos seus cuidadores, diminuindo os fatores de risco associados à descompensação desta doença.

**Palavras-chave:** doença psicótica, expressividade emocional, intervenção comunitária.

**Título: Avaliação psicológica forense de pessoas com incapacidade intelectual: Desafios e procedimentos**

**Olga Souza Cruz<sup>1</sup>, & Olga Cunha<sup>2</sup>**

1. ISMAI – Instituto Universitário da Maia
2. Universidade Lusíada – Norte (Porto)

**E-mail:** [olgasouzacruz@gmail.com](mailto:olgasouzacruz@gmail.com)

**Resumo:** As pessoas com incapacidade intelectual, apesar da sua elevada heterogeneidade em termos de autonomia e desempenho, tendem a ser mais vulneráveis a múltiplas formas de vitimação, sendo vários os fatores que os/as tornam alvos mais fáceis e atrativos para os/as ofensores/as. Desde logo, tal vulnerabilidade advém das limitações ao nível do funcionamento intelectual e adaptativo que caracterizam esta perturbação. Além disso, atendendo a tais limitações, a avaliação destes sujeitos no âmbito do sistema legal constitui um desafio para a avaliação psicológica, nomeadamente pelas suas dificuldades de comunicação verbal e pela sua maior suscetibilidade à sugestão, aquiescência e confabulação. Contudo, sobretudo quando são vítimas de certos tipos de abuso (e.g., sexual), as suas narrativas sobre os factos alegadamente vivenciados são particularmente relevantes em contextos forenses. Neste sentido, para maximizar a probabilidade de uma entrevista bem-sucedida, é necessário que o/a avaliador/a adote alguns cuidados, destacando-se: estabelecer uma relação empática com o sujeito e, em termos da comunicação: i) usar palavras simples e frases curtas, verbos ativos, o tempo presente, perguntas abertas, e imagens/estímulos visuais para apoiar o questionamento; e ii) evitar duplas negativas, jargão, coloquialismos, linguagem figurativa, e questões fechadas, negativas, com múltiplas partes e sobre conceitos abstratos. É essencial adaptar a linguagem do/a avaliador/a, e em concreto as suas questões, ao nível de funcionamento real do/a avaliado/a, garantindo que nunca se formulam questões sugestivas ou indutoras da resposta. É atualmente reconhecido na literatura especializada que, com os devidos cuidados, é perfeitamente possível realizar avaliações de qualidade com muitas pessoas com incapacidade intelectual, não obstante as suas vulnerabilidades acrescidas em termos do funcionamento intelectual e adaptativo.

**Palavras-chave:** avaliação psicológica forense, pessoas com incapacidade intelectual, vulnerabilidade ao abuso, procedimentos de avaliação.

### **Título: Ficções e Questões Penitenciárias. A Não Questão**

**Paula Sobral**

Universidade de Coimbra

**E-mail:** [paulasobral1@gmail.com](mailto:paulasobral1@gmail.com)

**Resumo:** As prisões são hoje, como no seu recente passado, instituições do seu tempo, ao serviço da política criminal dos estados. Numa sociedade em que se encontra banalizada e naturalizada a exclusão como realidade incontornável, as prisões desempenham um papel de crescente importância na gestão deste segmento de excluídos, não obstante a persistência do ideal ressocializador, reminiscências de outro tipo de estados e preocupações. Talvez porque

não se concebe uma existência sem elas, na realidade as prisões não ocupam verdadeiramente um espaço no debate público. Ciclicamente, no entanto, por força de variadas circunstâncias, passam de uma existência consentida para a ordem do dia. As denominadas questões penitenciárias são nessa altura utilizadas como arma de arremesso político, reclamando-se reformas profundas no sistema prisional e essencialmente a abertura de novos procedimentos concursais e construção de novos estabelecimentos. Na ausência de um debate público profundo sobre políticas criminais, estas soluções revelam-se bastante atractivas, e, uma vez que apenas dependem de investimento público, aguardar-se-á pela oportunidade da sua concretização. Defenderemos nesta comunicação que a *Questão Penitenciária* não existe, é uma Não Questão, pois as maiores dificuldades e constrangimentos com que se deparam as prisões, deverão ser debatidos e resolvidos a montante da entrada dos reclusos no sistema prisional. O crime, a criminalidade não são fenómenos naturais, que se nos impõem inexoravelmente. São fenómenos que construímos, seleccionando e tipificando, entre o que numa dada conjuntura histórica reputamos de mau e merecedor de reprovação, de Bem ou de Bom. São escolhas políticas que fazem as estatísticas prisionais. Toda e qualquer reforma penitenciária, apenas actuará a um nível superficial, deixando de fora a principal discussão – a do protagonismo da pena de prisão e a legitimidade do tratamento aplicado nestes espaços. As prisões não deverão ser o cerne da discussão, impondo-se repensar o sistema penal, de que elas são o principal instrumento.

**Palavras-chave:** prisão, política criminal, selectividade punitiva.

**Título: Avaliação psicológica forense do abuso sexual e sua valoração nas decisões judiciais**

**Rafaela Vaz Vilela<sup>1</sup>, Teresa Braga<sup>1</sup>, Olga Cunha<sup>1,2</sup>, & Rui Abrunhosa Gonçalves<sup>1</sup>**

1. Universidade do Minho

2. Universidade Lusíada – Norte (Porto)

**E-mail:** [rafaela.v.423@gmail.com](mailto:rafaela.v.423@gmail.com)

**Resumo:** O abuso sexual de crianças é um fenómeno global que afeta uma percentagem expressiva de crianças. Atendendo às características do fenómeno, muitas vezes, o testemunho da vítima e as avaliações psicológicas forenses são os únicos meios de prova. Este estudo teve como objetivos caracterizar as perícias psicológicas forenses do abuso sexual de crianças realizadas na Unidade de Psicologia da Justiça e Comunitária da Universidade do Minho e verificar a valoração destas na tomada de decisão judicial. Para o efeito foram analisadas 53 perícias e 30 decisões judiciais, das quais 17 correspondiam a

juízos efetivamente realizados e 13 a arquivamentos de processo. Para concretizar os objetivos, construíram-se grelhas de análise de conteúdo (através de revisão teórica e análise documental) e recorreu-se a estatística inferencial. As crianças eram predominantemente do sexo feminino, com uma média de idades de 9.17 anos, e a maioria evidenciava comportamentos de internalização. Mais de metade das crianças revelou o abuso na avaliação – sendo este sobretudo intrafamiliar, menos severo e perpetrado por elementos do sexo masculino –, possuía competências desenvolvimentais adequadas à idade e capacidade para testemunhar. Em 26 casos foi emitido um parecer positivo quanto à credibilidade do relato das crianças (quesito mais frequentemente formulado). A concordância entre o parecer emitido nas perícias de psicologia e as decisões judiciais nos processos transitados em julgado foi de 82%. Também nas decisões de arquivamento as conclusões das perícias parecem ter sido valorizadas, verificando-se uma concordância total (parecer inconclusivo e arquivamento do processo). Conclui-se, na senda de estudos anteriores, que existe uma crescente valorização das avaliações psicológicas forenses na tomada de decisão judicial nos casos de abuso sexual de crianças.

**Palavras-chave:** abuso sexual de crianças, avaliação psicológica forense, decisões judiciais.

**Title: Moral decision-making and psychopathy: insights from phenotypic components**

**Rita Pasion, Andreia Teixeira, Andreia Geraldo, Fernando Barbosa, & Fernando Ferreira-Santos**

Laboratory of Neuropsychophysiology, Faculty of Psychology and Educational Sciences, University of Porto

**E-mail:** [ritapasion@gmail.com](mailto:ritapasion@gmail.com)

**Abstract:** Seminal conceptualizations of psychopathy include terms such as “moral insanity” and “without conscience” (Cleckley, 1946; Hare, 1999). Blair (2007) suggested that deficits in psychopathy are specific to moral transgressions (acts that have harmful consequences for others), as psychopaths are capable of detecting conventional transgressions (acts that violate social norms). Moral transgressions are not learned directly as social norms, demanding a sense of badness that seems compromised in psychopathy. Despite the accumulated knowledge providing support for this assumption, conceptual and methodological limitations are well documented in the literature. Several studies in the field are focused on moral development, moral foundations, and moral dilemmas but do not account for the heterogeneity of the psychopathic personality structure. Gao and colleagues (2009) introduced sacredness as



a relevant variable for moral behavior in psychopathy, that is, how much money would it take to commit an act that violates moral principles, assuming that no punishment or negative consequences would occur. Higher psychopathy scores predicted greater disposition to accept money to violate a moral foundation, with Factor 1 of psychopathy (manipulativeness, callousness, and lack of guilt or remorse) being the main predictor. In light of the Triarchic Model of Psychopathy (Patrick et al., 2009), meanness and disinhibition may constitute the key phenotypic components to explain sacredness. A sample of 388 participants completed the Triarchic Psychopathy Measure (Patrick, 2010) and a subset of Greene's Moral Dilemmas (Greene et al., 2011) that assess the endorsement of deontological vs. utilitarian reasons for moral judgment. After responding to the moral dilemmas, participants were asked to rate their moral choices on the degree of certainty and sacredness. Disinhibition predicted uncertainty in moral decision-making, providing further evidence for the assumption that impulsive individuals tend to act before thinking. Meanness and Disinhibition were both predictors of reduced sacredness. Callous traits, lack of empathy and emotional attachment, combined with reward seeking and difficulties in delaying gratification, may constitute the etiological path to explain a lower decision threshold that facilitates the violation of moral principles in psychopathy as instrumentally motivated.

**Keywords:** psychopathy, moral, dilemmas, sacredness, triarchic model.

## Posters

### **Título: Perigosidade em Psiquiatria Forense – casuística dos concelhos de Almada e Seixal**

**Andreia Lopes, & Pedro Sales**

Serviço de Psiquiatria do Hospital Garcia de Orta, Almada

**E-mail:** [andreiacunhalopes@gmail.com](mailto:andreiacunhalopes@gmail.com)

**Resumo:** No panorama legal português, o Código Penal determina que alguém que cometeu um ato típico ilícito pode ser imputável ou inimputável em razão de anomalia psíquica. Se se observar esta última condição, o perito psiquiatra deve pronunciar-se sobre a perigosidade do mesmo. O conceito de perigosidade tem merecido parca atenção no nosso país, o que pode justificar o seu uso equivocado e indevido. Até ao presente, temos conhecimento de apenas um estudo sobre o tema (Cólon M, aceite para publicação) e que versa exclusivamente sobre a realidade do centro do país. Pretendemos com esta investigação caracterizar a população periciada em âmbito do Direito Penal, mais precisamente no âmbito do artigo 159 do Código Penal Português (ou seja, para aferir a imputabilidade ou inimputabilidade do sujeito praticante de um ato ilícito), no Serviço de Psiquiatria e Saúde Mental do Hospital Garcia de Orta desde o início das suas funções (junho 2007) até dez anos sobre essa data (junho 2017). Para além dos dados demográficos, interessa-nos, ainda, perceber quais as patologias psiquiátricas mais prevalentes entre a população periciada. Como objetivo secundário do nosso trabalho, sobretudo com um intuito pedagógico, pretendemos apontar quais os erros formais mais frequentes na realização deste exame médico-legal.

**Palavras-chave:** inimputabilidade, anomalia psíquica, Código Penal, perigosidade.

### **Título: Psiquiatria em Meio Prisional: Serviço de Internamento de Evolução Prolongada**

**Bruno Monho<sup>1,2</sup>, Fátima Sousa<sup>1</sup>, & Sara Ribeiro<sup>1</sup>**

1. Hospital Prisional S. João de Deus

2. Casa de Saúde da Idanha – Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus

**E-mail:** [bruno.monho@gmail.com](mailto:bruno.monho@gmail.com), [fatima.sousa09@gmail.com](mailto:fatima.sousa09@gmail.com), [sara.c.ribeiro@dgrsp.mj.pt](mailto:sara.c.ribeiro@dgrsp.mj.pt)

**Resumo:** O Hospital Prisional São João de Deus (HPSJD) é o único hospital no país que tem como missão a prestação de cuidados de saúde ao utente privado de liberdade. A Clínica de

Psiquiatria e Saúde Mental (CPSM) está sediada no HPSJD e integra três serviços de internamento; dois de agudos – feminino e masculino – e um de evolução prolongada. O Serviço de Internamento de Evolução Prolongada (SIEP) destina-se ao utente com doença mental em regime de internamento de média ou longa duração e tem como missão promover, junto deste, competências individuais e sociais, tornando-o o mais funcional possível. São critérios de admissão: a incapacidade/dificuldade de autonomamente cumprir o esquema terapêutico; a inadaptabilidade ao meio prisional; inimputáveis a aguardarem colocação em instituição psiquiátrica adequada para cumprimento de medida de segurança e utentes com mobilidade reduzida. O modelo de intervenção assenta essencialmente na vertente da reabilitação e reinserção individual e/ou em grupo com enfoque nos níveis de prevenção terciário e quaternário. No ano de 2016 a taxa de ocupação foi de 97%. Foram internados 11 utentes com uma média de idades de 40 anos. Os motivos de internamento foram: descompensação psicótica (6); alterações do comportamento (2), perturbação delirante (1); debilidade ligeira (1); saída jurisdicional (1). Relativamente às atividades desenvolvidas assumem-se o acompanhamento médico psiquiátrico, as intervenções de enfermagem, as intervenções multiprofissionais com os utentes e famílias, o apoio psicológico, o acompanhamento na execução da pena, as atividades lúdico-ocupacionais, sempre com a colaboração dos serviços de vigilância. As áreas de intervenção da enfermagem incluem a educação para a saúde, treino de competências individuais e sociais, a promoção da adesão ao regime terapêutico, a formação em serviço e a monitorização de ex-utentes.

**Palavras-chave:** SIEP, reabilitação, meio prisional, enfermagem.

**Título:** Saúde mental, envelhecimento e cuidados paliativos em contexto prisional

**Graça Esgalhado<sup>1,2</sup>, Henrique Pereira<sup>1,2</sup>, Ana Cunha<sup>1,2</sup>, Rita Castelo<sup>2</sup>, & Vítor Costa<sup>1,2</sup>**

1. Universidade da Beira Interior

2. BSAFE LAB Law Enforcement, Justice and Public Safety Research and Technology Transfer Laboratory

**E-mail:** [vitormvc@ubi.pt](mailto:vitormvc@ubi.pt)

**Resumo:** No âmbito do projeto *Erasmus + MenACE – Mental Health, Aging and Palliative Care in Prisons*, realizou-se uma revisão de literatura no âmbito da saúde mental, envelhecimento e cuidados paliativos, em contexto prisional, bem como uma descrição e análise das práticas de prevenção nos tópicos mencionados, nos países europeus que compõem a parceria (Portugal, Bélgica, Noruega, Roménia). O estudo realizado evidencia que os reclusos apresentam tendencialmente uma saúde mental debilitada, com elevadas

taxas de suicídio. Observa-se também um aumento substancial da população idosa em contexto prisional (i.e., reclusos com 50 ou mais anos), variando este grupo de reclusos entre os 11% e 19% da população prisional dos países analisados, segundo os dados de 2016. Relativamente aos cuidados paliativos, verificam-se práticas diferenciadas nos países referidos, observando-se a implementação de cuidados paliativos em múltiplos contextos, nomeadamente em contexto prisional e na comunidade. São discutidas as implicações para a prática e para a elaboração de políticas, como seja a necessidade de se investir na formação de *staff* prisional, a diferentes níveis, preparando estes profissionais para lidar com estas temáticas complexas e emergentes, no seu contexto de trabalho.

**Palavras-chave:** reclusos, saúde mental, suicídio, envelhecimento, cuidados paliativos.

## PATROCÍNIOS

